

A economia política da revolução digital

Esperávamos que os trabalhadores se apropriariam dos meios de produção, das fábricas e das terras, com as forças na base da sociedade. Quem deles se apropriou foram os rentistas financeiros e monopolizadores mais ricos no topo. Bem-vindos à revolução digital.

Ladislau Dowbor
9 de novembro de 2025

Sabemos que o mundo está indo para o ralo. O que atualmente vivemos foi corretamente caracterizado como *catástrofe em câmera lenta*. Não é mais lenta, é acelerada, mas da maneira como sentimos subjetivamente o tempo, o futuro parece distante. Até 2050 parece distante. Bem, se seus filhos nasceram no ano 2000, eles viverão até 2080, se tudo correr bem. Portanto, este é o horizonte de tempo em que devemos pensar, ou melhor, sentir como parte de nossa realidade. Nossa dificuldade em perceber as questões de longo prazo como desafios atuais é, por si só, um obstáculo fundamental no enfrentamento do que é realmente importante. Outro desafio é nossa dificuldade em pensar sistemicamente. Esses anos que percorremos, a nossa vida, nos aparecem como suficientemente complicados, e os desafios da vida familiar, do trabalho, das contas a pagar, já são suficientemente complicados. Construímos alguns marcos de referência simplificados para tornar a vida mais fácil de se lidar, como que político aprovar ou detestar, em que deus acreditar, alguns princípios. E, por favor, não me confundam com a realidade, como diz o ditado. Visões de curto prazo e fragmentadas dificultam o enfrentamento dos desafios sistêmicos e estruturais que temos pela frente. E tornou-se vital, no sentido original da palavra.

Essa fraqueza parece muito mais óbvia quando a realidade está mudando em um ritmo impressionantemente acelerado, enquanto nossa capacidade de reorganização como indivíduos e como sociedade é radicalmente mais lenta. Abraçamos visões e soluções desatualizadas ou simplificadas, para ter alguma paz de espírito, mas sabemos perfeitamente bem que a realidade mudou e que devemos construir uma nova visão de mundo. Estamos destruindo nosso ambiente natural por meio da superexploração oportunista, estamos destruindo a sociedade por meio de desigualdades absurdas, estamos voltando o imenso progresso tecnológico e científico contra nós mesmos por meio de um processo de tomada de decisão cada vez mais deformado. Temos de repensar, de maneira sistêmica, o que chamamos de governança.

A ciência e a tecnologia nos trouxeram a um novo mundo de oportunidades. O que produzimos em bens e serviços no mundo é atualmente equivalente a 7 mil dólares por mês por família de quatro pessoas. Pela primeira vez na história da humanidade, temos a oportunidade de garantir que todos possam viver uma vida digna e confortável. Precisamos sim ajustar o que produzimos, para quem e com que impacto ambiental, e temos os meios para fazê-lo, mas não temos os mecanismos de governança correspondentes. O processo decisório da sociedade, como nos organizamos e governamos, precisa ser transformado. Com a revolução digital que vivemos, demasiadas mudanças ocorreram e continuam ocorrendo, e não há como escapar da necessidade de remodelar nossa sociedade estruturalmente. Repetir simplificações

ideológicas do passado não trará soluções. Estamos diante de uma nova realidade, tanto em desafios quanto em oportunidades.

As mudanças que enfrentamos são estruturais, e geram uma outra articulação sistêmica no conjunto da sociedade. Aqui, juntamos as peças, e o resultado é mais do que preocupante. Enfrentamos a economia imaterial: bits, sem limites de estoque, velocidade da luz, conectividade, sociedade em rede. Capacidade de busca e análise, inteligência artificial. Conhecimento disponível online e ilimitado, comunicável e passível de colaboração planetária. Mudança de processo decisório corporativo (*absentee owners*). Dinheiro imaterial, apropriação privada rentista. Maximização do rentismo, atenção como fonte de rentas, apropriação das informações privadas, marketing comportamental. Nova divisão de classes. Marketing político e apropriação da esfera pública. Legislação correspondente, patentes, copyrights ampliados. Impacto desastroso em termos de desigualdade e destruição ambiental.

E temos conhecimento, ciência e tecnologia como construção social, potencial da colaboração, podemos buscar a reapropriação democrática da revolução digital. Temos o suficiente em termos de recursos, sabemos o que deve ser feito em termos sociais e ambientais. Trata-se de reorientar os recursos, tecnologias e políticas em esforços convergentes para os desafios críticos. Não são apenas fragmentos de mudanças, é uma mudança de paradigma, e é importante articular as partes.

1 - A base científico-tecnológica

A economia do conhecimento e a revolução digital fazem parte do mesmo movimento, o conhecimento como principal fator de produção, a revolução digital como vetor de transformação estrutural da sociedade. A álgebra booleana, definindo dois estados, “verdadeiro” (1) e “falso” (0) abriu espaço para operações lógicas e construção de conhecimento com o sistema binário, bastando uma variação para dar expressão ao conhecimento em geral. Alan Turing ancorou o sistema no processo informático de análise, decodificando o Enigma, código de comunicação militar da Alemanha, durante a segunda guerra mundial. Numa evolução cada vez mais acelerada, gerou-se a capacidade informática de estocagem de informações, e no quadro das iniciativas militares americanas (DARPA) veio a internet, a conectividade dos sinais e dos usuários. O que a eletricidade e energia em geral foram para a revolução industrial, a eletrônica está sendo para a revolução digital. Os sucessivos avanços nos deram o computador individual, o celular, o smartphone, a inteligência artificial, um processo social interativo que transforma o mundo, ao colocar a informação e o conhecimento no centro da transformação da sociedade. Cientistas, órgãos públicos, universidades, iniciativas de pesquisa militar, iniciativas privadas também, mas no conjunto um processo científico-tecnológico amplo, corretamente caracterizado como construção social. Trata-se de um bem comum.

(Gar Alperovitz e Lew Daly, *Apropriação indébita*; Mariana Mazzucato, *O Estado empreendedor*; Lawrence Lessig, *Remix*; Manuel Castells, *Digital Revolution*; Elinor Ostrom e Charlotte Hess, *Understanding knowledge as a commons*).

2 - A revolução digital

A transformação em curso constitui a revolução digital, tão ampla como foi a revolução industrial há dois séculos e meio atrás. Demis Hassabis, prêmio Nobel de ciência, considera que o que vivemos “será 10 vezes maior do que a revolução industrial, e possivelmente 10 vezes mais rápido.” Numa época em que os avanços econômicos resultam essencialmente dos avanços científico-tecnológicos, no quadro da sociedade do conhecimento, o fato de poder estocar conhecimento praticamente sem limites, liberando-o dos suportes materiais, tornando-o acessível sem custos adicionais significativos, muda o conjunto do contexto econômico. A isso devemos acrescentar a conectividade planetária, outra revolução que nos permite a todos – com os limites da exclusão digital – acessar conhecimentos em qualquer parte, em tempo real, no sistema interativo planetário. Quando Mustafa Suleyman lembra que podemos acessar todo o conhecimento acumulado no mundo apenas com algumas teclas, mostra a profundidade desta dupla transformação que caracteriza a revolução digital, um planeta de informação e conhecimento imateriais na “nuvem” em volumes infinitos, e acessíveis instantaneamente por qualquer pessoa, abrindo espaço para interação e colaboração globais em rede.

(Manuel Castells, *Democracy in the Age of the Internet*; André Gorz, *O imaterial*; Lawrence Lessig, *The Future of Ideas*; Mustafa Suleyman, *A próxima onda*).

3 - O conhecimento transformador

A transformação constitui uma revolução na revolução, já que os sistemas desenvolvidos constituem uma transformação da própria capacidade de ampliar os conhecimentos. Tal como a energia (vapor, eletricidade, combustão, nuclear, solar) foi um vetor transformador no quadro da revolução industrial, a eletrônica aplicada ao conhecimento gerou a nossa gigantesca capacidade de expansão da própria revolução digital. Além da capacidade de gerar e estocar conhecimentos, e de torná-los disponíveis para todo o planeta instantaneamente, também transformou a nossa capacidade de acessá-los de maneira inteligente, permitindo a busca, seleção e apresentação organizada em função de objetivos. É a evolução nos softwares, culminando na presente ampliação das capacidades de inteligência artificial. Vivemos, portanto numa era de conhecimento disponível online praticamente ilimitado, comunicável e passível de colaboração planetária. Quando o conhecimento se torna o fator de produção mais importante nos processos produtivos da economia real, na indústria, na agricultura, nos serviços de diversos tipos, inclusive na saúde e na educação, é o conjunto do sistema que se transforma. É um novo modo de produção, talvez melhor chamado de novo modo de exploração.

(Elinor Ostrom and Charlotte Hess, *Understanding Knowledge as a Commons*; Eric Raymond, *The Cathedral and the Bazaar*; Manuel Castells, *Digital Society*).

4 - O processo decisório extrativo

A revolução digital deslocou radicalmente o processo decisório das grandes corporações. O proprietário de uma fábrica, no quadro tradicional do capitalismo industrial, era o responsável identificado da empresa, o proprietário de um bem de produção, e gerava lucro ao pagar menos aos trabalhadores do que a sua contribuição produtiva. Mas para explorar o trabalhador, precisava gerar empregos, vender produtos úteis no mercado, e pagar impostos. No novo sistema que se gerou, graças ao dinheiro virtual e à conectividade global, surge um novo processo decisório, com proprietários ausentes (*absentee owners*), que se apropriam do excedente produzido através do controle acionário. Os dividendos exigidos pelos controladores das ações das empresas no nível planetário constituem rentismo, baseado em movimentações financeiras (aplicações financeiras, ainda que chamadas de “investimentos”) sem geração correspondente de produtos e empregos. Os trabalhadores continuam sendo explorados pela mais-valia, mas os lucros gerados, em vez de se transformarem em acumulação de capital pelo reinvestimento produtivo, se transformam em rentismo financeiro. Os aplicadores financeiros, e os fundos que gerem os interesses dos acionistas, ainda que inicialmente financiadores de investimentos produtivos, foram se tornando extratores líquidos, rompendo a coerência entre a economia financeira e a economia real. Lucros financeiros que exploram a base produtiva constituem rentismo, um andar acima do capitalismo. Em vez de apropriação ou maior controle pela base da sociedade, temos a apropriação rentista no topo, no quadro da financeirização.

(Thomas Piketty, *O capital no século 21*; Gabriel Zucman e Emmanuel Saez, *The Triumph of Injustice*; Peter Phillips, *The Titans of Capital*; Marjorie Kelly, *Wealth Supremacy*; Mariana Mazzucato, *The value of everything*).

5 - O rentismo financeiro

A apropriação rentista do excedente social é da ordem de 30% do PIB, representando uma esterilização da capacidade de ampliar os investimentos produtivos. No Brasil, exemplo extremo da financeirização, os dados básicos são impressionantes. Através da taxa Selic, de 15% em outubro de 2025, sobre uma dívida pública da ordem de 7 trilhões, o dreno equivale a perto de 10% do PIB. São impostos pagos pela sociedade e transferidos para aplicadores financeiros, os 10% mais ricos, em vez de serem investidos em políticas sociais e infraestruturas. A usura aplicada no crédito para as famílias, 55% ao ano em média, significam outro dreno de 10%, que fragiliza o consumo das famílias e a demanda agregada na economia. A usura sobre crédito para empresas, 25% em média, representa um dreno da ordem de 4% do PIB, fragilizando o investimento produtivo. A evasão fiscal, praticada pelos 10% mais ricos, é da ordem de 6% do PIB, e as renúncias fiscais mais 6%. As isenções fiscais sobre lucros e dividendos distribuídos, (desde 1995), sobre bens primários e semi-primários destinados à exportação (desde 1996), a não cobrança de imposto sobre as fortunas (apesar de estar na Constituição), e a baixa alíquota sobre heranças significam que no Brasil a esterilização de recursos financeiros pelo rentismo improdutivo representa mais do que os 30% que Marjorie Kelly calcula no plano mundial. Uma mudança profunda, em termos de economia política da revolução digital, é que precisamos ir muito além da exploração por salários – a extração de mais valia – e ampliar a visão na linha da análise

do fluxo financeiro integrado: as formas de apropriação do excedente social se ampliaram e diversificaram, com extração de juros, evasão fiscal, deformação dos sistemas tributários, tarifas dos mais diversos tipos permitidos com a fluidez da moeda virtual, e o seu potencial de exploração em nível global.

(BCB, *Estatísticas Monetárias e de Crédito*; Marjorie Kelly, *The Divine Right of Capital*; Gabriel Zucman and Emmanuel Saez, *The Triumph of Injustice*; Ladislau Dowbor, *O dreno financeiro*; Joseph Stiglitz, *Rewriting the Rules of the American Economy*; Brett Christophers, *Rentier Capitalism*; Michael Hudson, *Killing the Host*).

6 - Articulação intercorporativa: o novo processo decisório

Na rede de poder rentista das plataformas financeiras, os algoritmos são programados no sentido de maximização dos retornos, sem consideração para os impactos sociais e ambientais, inclusive descartados como “externalidades”. O sistema de governança é inovador e profundamente transformado. No topo da pirâmide, ou melhor no nodo central da rede intercorporativa de controle, estão os grupos de gestão de ativos (*asset management*), analisados pelo ETH (2012) e por Peter Phillips (2024). Dez grupos no topo administram em 2022 ativos financeiros no valor de 50 trilhões de dólares, equivalentes a 50% do PIB mundial, controlando processos decisórios em milhares de empresas no mundo, com participações significativas por exemplo no Banco Itaú, no Bradesco, na Vale e inúmeros outros grupos no Brasil. O processo decisório nos dez grupos mencionados (BlackRock, State Street, Vanguard etc.) é gerido por administradores que são simultaneamente membros de conselhos de administração uns dos outros, gerando um sistema interdependente e solidário de extração máxima de dividendos, tendo pouco a ver com livre concorrência de mercado. Isto permite maximização de retornos financeiros sem medo de concorrência. Os gestores das maiores plataformas financeiras são também membros de conselhos de administração de numerosos grupos para além dos maiores mencionados. Trata-se de um sistema articulado, com a maximização gerida por algoritmos. Não é concorrência de mercado, e sim rede intercorporativa de controle.

(J.Glatfelter, *The Network of Global Corporate Control*; Peter Phillips, *Titans of Capital*; Michael Sandel, *A tirania do mérito*).

7 - Plataformas de comunicação

As plataformas financeiras globais mencionadas acima são por sua vez acionistas do universo de plataformas de comunicação, que constituem essencialmente o GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft), e que dominam o tempo de atenção de bilhões pessoas no mundo, maximizando, neste caso, o “engajamento”, ou seja, o que possa levar a mais tempo de atenção MDAU (Monetized Daily Active Users). Facebook está atingindo quase 4 bilhões de pessoas, You Tube 2,5, Instagram 2, WhatsApp 2, Tik Tok 1,6 bilhões. A dimensão do engajamento, por exemplo, é que definiu o valor de 44 bilhões de dólares que Elon Musk pagou pelo Twitter. A maximização da atenção utiliza algoritmos que identificam, através da captura de informações privadas individuais das populações, os conteúdos mais atrativos, permitindo o marketing comportamental, que

por sua vez é a base para a maximização de lucros para as plataformas. 98,1% dos rendimentos da Meta (Facebook etc.) provêm do marketing, incluídos nos preços das nossas compras, mas também da venda de informações pessoais, e de contratos com os sistemas de segurança norte-americanos, (State Department, NSA, CIA) e empresas privadas de informação militar e para-militar como a Palantir. A manipulação da atenção tornou-se um elemento importante de controle social, gera comportamentos obsessivos e gigantescas fortunas, mas também uma mudança profunda no processo decisório dos governos, além da manipulação política.

(Shoshana Zuboff, *The Age of Surveillance Capitalism*; Max Fisher, *A máquina do caos*)

8 - A indústria da atenção

As empresas da economia real por sua vez se acostumaram a investir pesadamente em marketing nessas plataformas de comunicação, tipicamente mais de 10% do valor dos produtos (27%, por exemplo, no caso da Johnson&Johnson), generalizando o aumento do custo para o consumidor final, pois os custos são incluídos nos preços que a população paga. Como ordem de grandeza, um quarto do que pagamos pelos medicamentos é para pagar a publicidade. Mas os custos efetivos são muito maiores, na medida em que envolvem apropriação do tempo das pessoas. O tempo consciente de atenção é o tempo da nossa vida, e a sua captação agressiva baseada em informações privadas, quebrando o ritmo de concentração no que fazemos, e penetrando praticamente em qualquer atividade online que exige nossa atenção, telefonemas e spams descontrolados, geram a sobrecarga sensorial que faz parte da crescente ansiedade social, e a ampliação dos fenômenos de depressão. É o direito à nossa privacidade que é permanentemente violado, ainda que não faça sentido econômico. O que queremos comprar sabemos encontrar (informação buscada por nossa iniciativa), e para o que não temos interesse em adquirir não precisamos de interrupções de marketing. O marketing é atividade-meio, custo e não produto, e um peso para a economia que todos precisamos suportar. Produto bom e útil não precisa de milhões de mensagens repetitivas. Organizar informação útil sobre produtos é diferente do “*merchandising*” invasivo. Toda a manipulação comercial e política da indústria da atenção poderia ser reorientada para a criatividade cultural, que enriqueceria a sociedade e seria uma ocupação mais relevante para tantos profissionais. Ainda vista por muitos como fenômeno secundário, a indústria da atenção e o marketing comportamental se tornaram uma deformação profunda da sociedade, com impacto particularmente profundo nas crianças e na juventude. Invade o tempo da nossa vida, que cedemos gratuitamente.

(Max Fisher, *A máquina do Caos*; Jonathan Haidt, *A geração ansiosa*; Juliet Schor, *The Overspent American*; Tim Wu, *The Attention Merchants*; Ben Goldcare, *Bad Pharma*; Marcia Angell, *A verdade sobre os laboratórios farmacêuticos*).

9 - A explosão da desigualdade

O rentismo generalizado no planeta leva a uma explosão de desigualdade, que as pessoas têm dificuldades de avaliar, pelo tamanho dos números. Um dado simples e

claro nos é dado pela Forbes: em 2024, 3028 pessoas tinham uma fortuna acumulada, no mundo, de \$16,1 trilhões. Isso representa 8 anos de Pib do Brasil, oitava potência econômica mundial. Essas fortunas aumentaram em \$2 trilhões em um ano. É importante entender o mecanismo: os três quartos ou mais da população mundial tem dificuldades em fechar o mês, que dirá fazer aplicações financeiras. E estão frequentemente endividadas, contribuindo para as fortunas financeiras através dos juros. Enquanto isso, os mais ricos chegam ao fim do mês com muitas sobras, e as aplicam em produtos financeiros - um universo de intermediários os ajudam nesta gestão - e, portanto, multiplicam o dinheiro. E quanto mais ricos, mais rapidamente enriquecem, no que é qualificado de bola de neve (*snow-ball effect*). Os \$16,1 trilhões vistos acima podem ser comparados com os dados que a UBS nos fornece sobre a riqueza (*wealth*) da metade mais pobre da população: \$5 trilhões. Ou seja, cerca de três vezes menos do que as três mil pessoas no topo da pirâmide, nas mãos de 4,1 bilhões de pessoas. É efetivamente muito mais um modo de exploração do que o modo de produção que caracterizava o capitalismo industrial. A era digital, com dinheiro virtual (95% da “liquidez” que circula no mundo é imaterial) permite fluxos financeiros descontrolados e um aumento radical da desigualdade, com a importância central do rentismo.

(Forbes, *Bilionários batem recorde*; WID, *World Inequality Database*; UBS, *Global Wealth Report 2025*; Kathryn Hennessy, *How Money Works*; Tom Malleson, *Against Inequality*; Oxfam, *Às custas de quem?* Zucman e Saez, *The Triumph of Injustice*; L. Dowbor, *A era do capital improdutivo*).

10 - Uma nova divisão de classes

O mundo econômico tradicionalmente estudado envolvia três classes: os proprietários de meios de produção, ou seja, os capitalistas; os trabalhadores industriais, operários; e os trabalhadores rurais, massa camponesa de dimensões extremamente diversificadas segundo os níveis de desenvolvimento dos países e das regiões do mundo. A que ponto isso reflete o mundo moderno? Os capitalistas constituem hoje essencialmente grandes aplicadores financeiros, os bilionários modernos são donos de ações de inúmeras empresas em diversos setores e países, contratam gestores, e essencialmente acompanham as decisões dos algoritmos sobre os movimentos das bolsas e a consequente reorientação da sua composição de ações. São os grandes rentistas. Os ultra-ricos neste topo da pirâmide (UHNW – *Ultra High Net Worth individuals*), não se sustentariam se não tivessem o apoio de uma nova classe alta, os HNW apenas, valendo mais de um milhão de dólares, os pouco mais de 10% dos adultos do planeta. Trata-se de uma composição de técnicos gestores do mundo rentista e das corporações, e também de aplicadores financeiros de nível inferior. De certa forma, isto permite que os grandes rentistas tenham uma *buffer zone*, um colchão de apoio mais amplo que reforça a sua base política e gera uma impressão de que não estão sozinhos no topo, além de assegurar os apoios técnicos de gestão deste novo universo de dinheiro virtual. Muitos pequenos investidores se sentem participantes deste mundo moderno, aguardando cada mudança do valor das ações e alterações financeiras. O resto do mundo não pode ser simplificado em “trabalhadores”, pois a mudança na estrutura dos processos produtivos fragmenta e diversifica as atividades, fazendo surgir o “precariado”, e em particular uma imensa massa de trabalhadores informais no universo de “gig jobs”.

(Noam Chomsky, *Who Rules the World*; Robert Reich, *Super Capitalism*; Oxfam, *Às custas de quem?* UBS, *Global Wealth Report 2025*; Yanis Varoufakis, *Tecnofeudalismo*).

11 - Apropriação da esfera pública

O grande número de empresas no quadro do capitalismo industrial, em particular na fase do estado de bem-estar social que vimos nos trinta anos do pós-guerra, levou a uma coerência entre as empresas que precisavam de regras do jogo através da esfera pública, o próprio papel do estado como fornecedor dos bens e serviços de consumo coletivo, como políticas sociais e infraestruturas, além de justiça e segurança, e do mundo relativamente coerente dos trabalhadores, em grande parte organizados em sindicatos. Atualmente, com a fragmentação e diversificação setorial do mundo do trabalho, os sindicatos perderam espaço de forma estrutural, o mundo empresarial produtivo se tornou dependente dos gigantes financeiros que ditam níveis e formas de extração de juros e dividendos, enquanto o estado assiste impotente à privatização das políticas públicas, e ao consequente reforço do poder dos gigantes do rentismo financeiro. A tripla aliança é corretamente resumida por Manuel Castells: “Os donos mundiais da tecnologia se linkam com os grupos oligopolísticos de negócios para estabelecer alianças lucrativas com os líderes políticos da sociedade, muito frequentemente sem olhar para a sua posição ideológica.”(129) Na inauguração do Trump 2.0, foi significativo ver os bilionários de pé no palanque atrás dele, 13 bilionários que não hesitaram em bater palmas quando o eleito proclamava *drill, baby, drill*, inconscientes do drama ambiental do planeta. Não é a “direita” que está assumindo o poder em diversas partes do mundo, com valores “conservadores”, e sim a articulação internacional de um sistema estruturalmente diferente, com políticos que têm dono. Desde 2010, nos EUA, as corporações podem financiar as campanhas políticas: compram seus representantes. No Brasil isso foi autorizado durante 18 anos, entre 1997 e 2015, elegendo representantes corporativos em vez de defensores dos interesses nacionais, cujos efeitos sentimos hoje. Lembremos que Larry Fink, da BlackRock, administra \$12 trilhões, enquanto o orçamento federal dos Estados Unidos é de \$7 trilhões. Eleições? A indústria da atenção resolve. Igualmente importante, boa parte das instituições públicas hoje subcontratam as suas políticas com os gigantes da IA e da informação em geral, desde o OpenAI até a Palantir.

(Manuel Castells, *Digital Society*; Wolfgang Streeck, *Buying Time*; Robert Reich, *The system*; Elzbieta Korolczuk, *Anti-Gender Politics in the Populist Moment*; Hazel Henderson, *We have the best congress money can buy*).

12 - O pedágio sobre os avanços científicos

O conhecimento é uma construção social, um avanço abrindo espaço para outro. Thomas Jefferson resumiu a diferença, em 1813: “Que as ideias devam se expandir livremente de uma pessoa para outra, por todo o globo, para a instrução moral e mútua do homem, e o avanço de sua condição, parece ter sido particularmente e benevolmente desenhado pela natureza, quando ela as tornou, como o fogo, passíveis de expansão por

todo o espaço, sem reduzir a sua densidade em nenhum ponto, e como o ar no qual respiramos, nos movemos e existimos fisicamente, incapazes de confinamento, ou de apropriação exclusiva. Invenções não podem, por natureza, ser objeto de propriedade.” Quando hoje, com o conhecimento materializado em ciência e tecnologia, a ideia se torna central nos processos produtivos, a batalha por seu controle avançou radicalmente. Os copyrights foram expandidos dos 14 anos no início do século passado, para 70 anos após a morte do autor: teremos de esperar 2067 para ter livre acesso aos trabalhos de Paulo Freire. O argumento era de se estimular os autores. Os produtos farmacêuticos se beneficiam de patentes de 20 anos, prazo que no século passado poderia ser realista no sentido de estimular a inovação, mas no ritmo atual de inovações representa um latifúndio. No caso da indústria farmacêutica, por exemplo, com o *greening*, pequena alteração que permite renovar a patente por mais 20 anos, trata-se de um travamento radical do processo de inovação, permitindo um rentismo absurdo que trava a própria inovação. Aqui, outra forma de rentismo, e mais ganhos improdutivos. Na sociedade do conhecimento, travar o acesso e cobrar pedágio (*tollbooth economy*) se tornou estratégico.

(Joseph Stiglitz, *The Road to Freedom*; Gar Alperovitz e Lew Daly, *Apropriação indébita*; Mariana Mazzucato, *O Estado empreendedor*; Brett Christophers, *Our Lives in their Portfolios*; Marcia Angell, *A verdade sobre os laboratórios farmacêuticos*; Ben Goldcare, *Bad Pharma*).

13 – Generalização do rentismo

Quando Jack Welch transforma a General Electric de produtora de eletrodomésticos úteis numa “investidora” financeira, multiplicando lucros com base produtiva limitada, influenciou uma mudança profunda na cultura empresarial norte-americana, generalizando o rentismo. No centro das empresas produtivas passa a estar o *shareholder*, o acionista. No Brasil temos imitadores de sucesso como o 3G Capital, de Lemann, Sicupira e Telles, entre as maiores fortunas do país, com raízes no Brasil, mas com sede no paraíso fiscal de Luxemburgo. Vimos a que ponto podem chegar com o escândalo das Lojas Americanas. Michael Hudson expandiu as análises com o conceito de FIRE (Finance, Insurance, Real-Estate), resumindo as várias formas atuais de extração do excedente social através das áreas de finanças, seguros e especulação imobiliária. Brett Christophers é um dos que mais contribuíram com a compreensão de como se dá a extração de riqueza sem contribuição produtiva correspondente, em sete setores: finanças, recursos naturais, propriedade intelectual, plataformas digitais, contratos de serviços, infraestrutura, renda de solo (*ground rent*). A própria inflação, ainda apresentada como “mecanismo de mercado”, hoje constitui uma forma de rentismo, na medida em que a oligopolização permite simplesmente elevar os preços para aumentar os lucros: como ordem de grandeza, mais de 50% da elevação de preços resulta da *profit-inflation*, também chamada de *monopoly-pricing*. Lembremos uma vez mais que com o dinheiro imaterial, apenas uma informação no computador, um fluido volátil sem que exista a capacidade correspondente de regulação, a perda de capacidade de regulação é generalizada. A colaboração entre o PCC e a Faria Lima não tem nada de extraordinário quando o dinheiro é digital e as leis e formas de regulação estão na era de moeda impressa. O BTG-Pactual tem dezenas de filiais em paraísos fiscais.

(David Gelles, *The Man who Broke Capitalism*; Michael Hudson, *Killing the Host*; Brett Christophers, *Rentier Capitalism*; Yanis Varoufakis, *Tecnofeudalismo*)

14 - Impotência da regulação e controle

Ainda que haja retrocessos nos processos colaborativos internacionais em termos de bens materiais, objeto por exemplo da guerra de tarifas dos Estados Unidos, o essencial dos fluxos com valor econômico elevado se refere às áreas financeiras, transferência de tecnologias, direitos sobre patentes, juros sobre dívidas internacionais e semelhantes. O imaterial domina amplamente, e o seu espaço é global: são sinais que navegam nas ondas digitais. Não temos mecanismos reguladores correspondentes. Os acordos de Bretton Woods e os sistemas correspondentes de regulação datam de outro mundo econômico (1944), e simplesmente não têm dentes. As intermináveis negociações sobre a instituição de um sistema global de tributação (BEPS – *Base Erosion and Profit Shifting*), o fato de o grosso dos lucros das corporações transnacionais ser depositado em paraísos fiscais, a fragilidade da OMC, tudo aponta para um desgoverno planetário. Temos leis nacionais para um sistema que é transnacional, tarifas sobre transações materiais no universo predominantemente imaterial de controle e extração, inclusive complexidades financeiras modernas que os órgãos de regulação não acompanham e frequentemente nem entendem. A tentativa no Brasil de exigir informação no caso de grandes transferências por Pix, buscando reduzir as ilegalidades, encontrou oposição ferrenha por parte de numerosos políticos: a ilegalidade em grande escala usa terno e gravata, com nobres deputados. O fato dos fluxos serem globais enquanto as leis são nacionais, dos sistemas de controle pertencerem à era analógica enquanto as movimentações imateriais estão na velocidade da luz (*High-Frequency Trading*), e o fato dos interesses rentistas terem se tornado dominantes na esfera política, que deforma ou trava as leis, mostram a dimensão do desajuste estrutural entre o mundo rentista real e o mundo político estruturado em regras do século passado. Trata-se de um desajuste estrutural entre a base tecnológica do sistema de geração e apropriação de riqueza, e a superestrutura política e institucional que pertence a outra era. A facilidade com a qual os bancos tiraram o artigo 192 da Constituição, que qualificava a agiotagem como crime, é significativa. A facilidade com a qual tiraram a presidente Dilma quando tentou reduzir a agiotagem em 2013, é ilustrativa. O rentismo é digital, as instituições são da era analógica.

(L. Dowbor, *A era do capital improdutivo*; J. Stiglitz, *Superando a economia paralela*; Thomas Piketty, *Capital e ideologia*; Peter Phillips, *Titans of Capital*; Hermes Zaneti, *O Complô*).

15 – O modo rentista de exploração

A revolução na própria capacidade de expandir o conhecimento, a ciência e a tecnologia, pelo tratamento da informação imaterial – todo o sistema informático, de estocagem na nuvem, de busca inteligente, de conectividade planetária – nos colocam desafios novos. Trata-se de outro sistema, baseado na informação e no conhecimento como principal fator de produção, controlado de maneira radicalmente mais centralizada através da conectividade planetária, e gerando uma apropriação privada do excedente

social em escala superior através do rentismo generalizado. É uma transformação estrutural, sistêmica, que nos leva bem além do que era o capitalismo industrial. Quando Varoufakis qualifica o que vivemos de tecnofeudalismo, portanto alta tecnologia, mas formas feudais de apropriação da riqueza, sem contrapartida produtiva, ele nos traz uma imagem realista. A transformação se torna muito clara quando constatamos que a maior parte da riqueza no topo da pirâmide social não resulta de iniciativa produtiva, e sim de fortunas herdadas: estamos muito próximos da aristocracia que herdava os feudos, pelo mérito do sangue da família. As análises de Sandel sobre o absurdo de se considerar as fortunas como “merecidas” são perfeitamente realistas. Esta aristocracia rentista se beneficia igualmente do sistema de relações herdadas das universidades de elite, do convívio social, das diversas formas de fratura social que nos leva longe das simplificações de que a nossa condição econômica depende do nosso esforço. A exploração rentista é incomparavelmente mais intensa e ilegítima do que a exploração capitalista por baixos salários, embora também os utilize. Os CEOs das grandes corporações americanas têm salários da ordem de 350 vezes a média salarial dos seus trabalhadores, tornando-os solidários dos acionistas e dos seus elevados dividendos. É um sistema, injusto, mas articulado, e que precisa ser enfrentado de forma sistêmica. Gostam de se chamar de capitalistas, de “investidores”, de “mercados”, mas é legitimidade emprestada. No sistema que atualmente domina, a indústria e a agricultura continuam presentes, mas se desloca o seu controle. Repetindo, não foram os trabalhadores que se apropriaram dos processos produtivos pela base, e sim os rentistas que passaram a controlá-los por cima.

(Yanis Varoufakis, *Tecnofeudalismo*; L. Dowbor, *O capitalismo se desloca*; Joel Kotkin, *The Coming of Neofeudalism*; Nicholas Shaxson, *The Finance Curse*).

16 – O deslocamento do conceito de nação e de soberania

Nos acostumamos a analisar as classes no quadro de nações, acrescentando os drenos externos qualificados de imperialismo. O imperialismo não é mais externo, está solidamente instalado nas nossas grandes empresas, nos planos de saúde, em nossos bolsos através dos cartões de crédito, em praticamente cada transação que fazemos. O dinheiro imaterial, apenas uma informação nos computadores, permite transferências instantâneas e pouco transparentes. Alguns drenos são mais visíveis e registrados, como os juros que os países mais fracos pagam sobre as dívidas externas (drenam em média 42% dos orçamentos nos 140 países menos desenvolvidos). Muito menos visíveis são os drenos para paraísos fiscais, onde são escondidos o equivalente da ordem de 20 trilhões de dólares. Os drenos através de dividendos atingem no Brasil praticamente todos os grandes grupos econômicos, como os bancos Itaú e Bradesco, as grandes empresas de extração de recursos naturais como a Vale e a Petrobrás, os planos de saúde como o Hapvida, e inúmeras outras empresas. A gestão do processo extrativo se dá por meio de gestão por algoritmos por parte dos gigantes de gestão de ativos, predominantemente americanos, como a BlackRock e semelhantes. A dominância das mídias sociais norte-americanas permite o dreno que constituem as atividades ligadas à indústria da atenção que vimos acima. O controle dos sistemas de informação em geral, também apenas sinais nos celulares ou nos computadores, também se tornou planetário. Não há como retroceder para um fechamento de fronteiras de sinais virtuais, a articulação

planetária da revolução digital deve ser compreendida com os seus novos desafios, neste planeta onde as fronteiras territoriais que organizamos no mundo não existem para os satélites ou a rede de cabos de fibra ótica, ou ainda as “nuvens” de informação imaterial nos *Data-Centers*. Redefinir a soberania, regular os fluxos passíveis de serem regulados, e em particular organizar as redes de solidariedade entre países para reforçar os controles, fazem parte da reconstrução da soberania possível. O conceito de nação se desloca, somos um pequeno planeta submetido a fluxos imateriais globais e a novos instrumentos de exercício do poder, nesta era de cadeias globais de valor. E precisamos, evidentemente, atualizar o conjunto dos sistemas de governança global, como as Nações Unidas e tantas instituições, mas a atualização passa antes de tudo pela aliança entre os países submetidos aos processos globais de exploração. O conceito de espaço econômico se desloca e se torna mais complexo.

(Noam Chomsky, *Who Rules the World*; Zucman and Saez, *The Triumph of Injustice*; Thomas Piketty, *Uma breve história da igualdade*; L. Dowbor, *Os desafios da revolução digital*; Debt Service Watch 2025; Sergio Amadeu e Jeff Xiong, *Índice de Soberania Digital*).

17 – A dimensão dos desafios

O caminho é claro: precisamos de uma sociedade que seja economicamente viável, mas também socialmente justa e ambientalmente sustentável. Nada disso é impossível. Em termos econômicos, o PIB mundial é de \$115 trilhões em 2025, o que representa perto de cinco mil dólares por mês por família de 4 pessoas. Se corrigirmos o valor diferente do dólar em capacidade de compra em diversos países, o PIB mundial em PPP (*Purchasing Power Parity*), paridade de poder de compra, equivale a \$ 180 trilhões, são sete mil dólares por mês por família de 4 pessoas. Pela primeira vez na história da humanidade, o que produzimos é amplamente suficiente para assegurar uma vida digna e confortável para todos. Isso resulta essencialmente dos avanços científicos e tecnológicos, não dos “mercados”. A dimensão das tragédias que enfrentamos, portanto, não é uma questão propriamente econômica, de falta de recursos, e sim de organização política e social. Também sabemos o que deve ser feito, com os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), temos tantos estudos e tantas pesquisas, e temos todas as tecnologias necessárias para enfrentar os desafios: a desigualdade explosiva, com tantas fortunas inúteis, e a destruição ambiental, que tem sido corretamente apresentada como *slow-motion catastrophe*, catástrofe em câmara lenta. O aprofundamento das tragédias, nessas condições, torna-se compreensível justamente pelo mecanismo que vimos acima, um processo decisório que privilegia a maximização dos rentismo no topo, quaisquer que sejam os impactos sobre a desigualdade e sobre o meio ambiente. A redução dos impostos sobre as fortunas, o travamento da taxa das transações internacionais, o estrangulamento de tantos países com dívidas externas, a reorientação dos governos e dos grandes bancos no sentido de aumentarem o financiamento dos combustíveis fósseis, a perda planetária da biodiversidade, a poluição generalizada das águas, e tantos absurdos fazem todos parte de uma lógica em que a maximização de retornos rentistas no curto prazo nos impede de tomar as medidas necessárias para evitar a catástrofe que se aprofunda. É uma era de impotência institucional. É importante entender que os que decidem no mundo sabem dos desafios, tanto que proclamam por toda parte a sua adesão aos ESG (*Environment, Social, Governance*), mas estão presos no sistema,

justamente porque é um sistema, desafio muito maior do que a burrice individual. O problema não é o Trump, e sim as forças que lhe permitem exercer o poder, com tendências semelhantes em diversas partes do mundo.

(Oxfam, *Lucrando com a dor*; Marcelo Medeiros, *Os ricos e os pobres*; UBS, *Global Wealth Report 2025*; David Wallace-Wells, *A terra inabitável*; Jeffrey Sachs, *The Age of sustainable Development*; Lester Brown, *World on the Edge*).

18 – As oportunidades no horizonte: abrir o acesso aos conhecimentos

O absurdo é tanto conhecimento, tanta tecnologia, tanto dinheiro serem utilizados para aprofundar o desastre. Isso nos obriga a pensar o óbvio. O conhecimento, diferentemente das fábricas, pode ser generalizado sem custos adicionais. No tempo do capitalismo industrial, propunha-se, para reduzir as desigualdades, a socialização dos meios de produção, essencialmente as instalações industriais. Hoje, trata-se de socializar o conhecimento. A imensa diferença, é que enquanto a fábrica representa um capital construído, e tem proprietário, no caso do conhecimento, uma vez criado, e cobertos os custos da pesquisa, pode ser generalizado no planeta sem custos adicionais. Jeremy Rifkin apontou para uma sociedade de custo marginal zero: tecnologias que hoje temos sobre agricultura sustentável, por exemplo, poderiam permitir a sua generalização no planeta, entre centenas de milhões de pequenos agricultores, permitindo um nível muito mais elevado de produtividade e forte redução do impacto ambiental. É essencial entender que com as novas tecnologias, inteligência artificial e conectividade planetária, o principal fator de produção, que é o conhecimento, pode ser generalizado sem custos adicionais. O obstáculo se tornou claro com o travamento do acesso às vacinas e à sua tecnologia, por parte das corporações farmacêuticas, na fase crítica da pandemia. Não importaram milhões de mortes, ou que as vacinas desenvolvidas resultassem essencialmente de tecnologias herdadas de avanços muito mais amplos e em grande parte desenvolvidas com recursos públicos. Voltamos aqui a Thomas Jefferson: as ideias devem circular, não são “propriedade”. Na área da ciência e tecnologia, a colaboração é simplesmente mais eficiente do que a competição. Isso é uma transformação sistêmica dos desafios econômicos e sociais. A China nos traz exemplos inovadores.

(Jeremy Rifkin, *The Zero Marginal Cost Society*; Henry Chesbrough, *Open Innovation*; Lawrence Lessig, *Free Culture*; CORE, *China Open Resources for Education*; Open Access; Creative Commons; OCW/MIT).

19 – As oportunidades no horizonte: tornar públicas as redes sociais

O imenso avanço que representa a conectividade planetária torna possíveis e praticamente gratuitos os processos colaborativos em rede nas comunidades, entre grupos de pesquisadores, criadores culturais, cooperativas online e semelhantes. Estarmos presos em sistemas privatizados planetários, como o GAFAM, que buscam maximizar os retornos financeiros ao buscar o engajamento, aumento dos MDAUs, estimulando pornografia, ódio e tantas manifestações que geram mal estar e ansiedade, bem como manipulação política, é absurdo, quando as tecnologias que o tornam possível foram desenvolvidas no quadro de políticas públicas, e os celulares e outros

equipamentos são pagos pelos usuários. As ruas e avenidas são de uso público e gratuito, e inclusive o seu caráter aberto para todos é que permite que se instale uma loja ou uma padaria, que esses sim irão cobrar pelos serviços prestados. As ondas eletromagnéticas ou fótons que permitem que circule a economia imaterial são da natureza. Um Elon Musk comprar o Twitter e usar o gigantesco microfone que isso representa para suas visões políticas pessoais, atingindo centenas de milhões de pessoas, é uma contradição radical com o conceito de liberdade de informação. E sem liberdade de informação deixamos de ter outras liberdades. O monopólio de demanda (*demand-monopoly*) é simplesmente uma deformação: na comunicação, precisamos utilizar o meio dominante. A conectividade que hoje nos submete aos donos das mídias sociais, os Zuckerbergs da vida, pode se transformar em redes sociais colaborativos na base da sociedade. Onde ontem se buscava a socialização dos meios de produção, hoje buscamos a liberação do acesso, um processo colaborativo em rede.

(Eric Raymond, *The Cathedral and the Bazaar*; Lawrence Lessig, *Remix*; Ostrom&Hess, *Understanding Knowledge as a Commons*; R. Trebor Scholtz, *Own This: Platform Cooperatives and Democratic Internet*; Wikipedia).

20 – As oportunidades no horizonte: resgatar a utilidade social do dinheiro

O dinheiro já foi metal, depois notas garantidas por ouro, depois apenas notas, e hoje apenas sinais magnéticos. Como ordem de grandeza, o dinheiro impresso por governos representa apenas 5% da chamada liquidez. Isso permitiu, como vimos, a ampliação radical e diversificação das formas de exploração no planeta, inclusive sem a necessidade de contrapartida produtiva. Os bancos hoje cobram juros emprestando dinheiro que não têm, apenas fazem um registro nos computadores, e cobram. Resgatar a função social do dinheiro tornou-se um desafio essencial. Mesmo sendo apenas uma informação nos computadores, o direito do controle do dinheiro permite que as plataformas financeiras que se tornaram hoje os bancos, fundos, gestores de ativos dos mais diversos tipos, definam para onde vai o dinheiro. No caso deles, vai para onde vai se multiplicar mais, financiando exportação de madeira da Amazônia, produção de armamentos ou expansão da extração de combustíveis fósseis, derivativos, pouco importa, o essencial é o efeito multiplicador de dinheiro, não do bem-estar da economia, do planeta e da população. A China determina um nível máximo de taxa de juros de 12,4%, semelhante aos 12% ao ano que tínhamos na nossa Constituição. Apresentar juros ao mês ou ao dia é ilegal na China: juros são anuais. Taxar ganhos financeiros improdutivos também é essencial, pois estimula os grupos financeiros a fomentar a economia. E há inúmeros exemplos de comunidades que adotam moedas digitais próprias: no Brasil já temos cerca de 180 bancos comunitários de desenvolvimento, com moedas próprias. O impacto impressionante do Grameen Bank fundado por Muhammad Yunus também resulta de mecanismos inovadores. A funcionalidade das caixas locais de poupança em todas as cidades na Alemanha (Sparrkassen) é impressionante. O essencial é lembrar que o dinheiro, hoje essencialmente uma informação digital, tem de ser reorientado para financiar o que é necessário. O gigante Lehman Brothers, tão respeitado, quando faliu tinha emprestado 31 vezes mais dinheiro do que os dólares que tinha em caixa. O Banco Palmas representa no Brasil um ótimo exemplo de como o dinheiro pode se tornar útil para o desenvolvimento da comunidade. Lembremos que o

dinheiro que o governo transfere para grupos financeiros através da taxa Selic é o dinheiro dos nossos impostos, e que o dinheiro que os bancos nos emprestam com alavancagem e taxas usurárias é dos nossos depósitos. A expressão popular no Nordeste é “festa com chapéu dos outros”.

(*Banco Palmas 15 anos*; L. Dowbor: *Os estranhos caminhos do nosso dinheiro*; Muhammad Yunus: *Three Zeros*; L. Dowbor: *Resgatar a função social da economia*; Ellen Brown, *Banking on the People*; Gerald Epstein, *Busting the Bankers' Club*).

21 – As oportunidades no horizonte: da quantidade à qualidade do crescimento

Até quando ficaremos prisioneiros do Produto Interno Bruto, o PIB? Basta crescer? Em 1993 as atividades dos intermediários financeiros foram acrescentadas no cálculo do PIB, como produto, apesar de representarem custos. O marketing, hoje a gigantesca indústria da atenção, é apresentado como produto, apesar de representar custos financeiros e de tempo para a sociedade. O desastre da BP no Golfo do México (sic) gerou enormes custos de restauração das costas nos EUA, aumentando o seu PIB. Não à toa o Banco Mundial, em 1993, considerou que a extração de recursos naturais representa uma redução do capital herdado, portanto descapitalização, não “produto” a contabilizar no PIB. Inúmeros estudos críticos desta contabilidade deformada já existem, como o *Beyond GDP* da União Europeia, mas podemos avançar com os ODS como referências de progresso, e adotar formas práticas como a *Economia Donut* organizada por Kate Raworth. O conceito de sustentabilidade resume esta visão, assegurar o bem-estar de todos sem prejudicar as gerações futuras. A batalha pela definição clara dos objetivos e sua transformação em metas concretas em cada país, em cada município, nos espaços oceânicos e nas organizações internacionais reorganizadas, deve ser retomada com força, hoje não como curiosidade econômica ou preocupação de alguns partidos, mas como desafios vitais da humanidade. Enquanto a comunicação, o modo como as pessoas se informam e constroem a sua visão do mundo e os seus valores, estiverem na mão dos que querem maximizar a atenção, com sexo, violência e semelhantes, em vez de focar as questões de nossa sobrevivência e progresso real, mantêm-se a impotência. A imagem de pessoas atoladas em videogames enquanto se aprofunda o desastre é tão bem representada com a orquestra tocando no Titanic. Temos de medir o que importa, o bem comum.

(Kate Raworth, *A economia Donut*; Hazel Henderson, *Reforming Global Finance*; David Graeber, *The Utopia of Rules*; Stiglitz Report, *Measures of Economic Performance and Social Progress*; Patrick Viveret, *Reconsiderar a riqueza*; L. Dowbor, *Além do PIB: medir o que importa*).

22 – Oportunidades no horizonte: o potencial das plataformas colaborativas descentralizadas

O local de trabalho costumava ser o principal espaço de interação social. Como vimos, a fragmentação, diversificação e robotização de tantas atividades no local de trabalho enfraqueceram tanto a força dos sindicatos quanto o sentimento de solidariedade social. A estrutura familiar maior como base da sociedade também foi corroída. Em 1960, o

"modo de vida americano" que vimos em tantos filmes, com a casa, o carro, as crianças cortando a grama, representando 48% dos lares americanos, era um modelo para o mundo. Atualmente casais com filhos representam apenas 18% dos lares, com a maioria de pessoas vivendo sozinhas, ou como mulheres com filhos, também casais não casados. A fragmentação da atenção, tão poderosamente construída e ampliada pela indústria da atenção, também contribui para a erosão da sociabilidade. As crianças estão brincando muito menos, muitos adultos passam horas com o pescoço curvado sobre telinhas, tanta ansiedade. Mas há um reverso. A urbanização tornou-se a base da organização social, no Brasil atingimos 87% de população urbana. Essa proximidade no bairro onde moramos abre novas oportunidades de convívio, em particular com o potencial das plataformas colaborativas locais. Em vez de sermos manipulados por meio das plataformas globais, a facilidade e o baixo custo de gerar plataformas colaborativas abrem espaço para um renascimento, bairros digitais e até mesmo empoderamento político e econômico, à medida em que iniciativas integradas de desenvolvimento local podem prosperar. O Brasil já conta com 180 bancos de desenvolvimento comunitário local, com dinheiro virtual próprio, localmente participativo. Cidades em todo o mundo abandonam o Uber e organizam plataformas cooperativas locais, é tão simples construir uma rede local. As mesmas tecnologias que nos manipulam podem ser apropriadas de baixo para cima, para organizar complementaridades locais, e o *Empowerment*, de John Friedmann, ou o livro de Trebor Scholtz, *Own This: how platform cooperatives help workers around the world build a democratic internet*, apresentam tantas alternativas. O controle dos gigantes da mídia social de cima para baixo é compreensível, eles têm dinheiro para comprar um Twitter e manipular milhões, mas resgatar as enormes oportunidades das plataformas colaborativas locais pode nos ajudar a reconstruir a sociabilidade, invertendo a tendência de controle político de cima para baixo por meio de redes horizontais. É mais do que hora de aproveitarmos a conectividade. É uma imensa oportunidade para desfragmentar e articular as iniciativas de transformação social.

(R. Trebor Scholtz, *Own This: how platform cooperatives help workers around the world build a democratic internet*; John Friedman, *The Politics of Alternative Development*; L. Dowbor et al., *Desenvolvimento Local: Empoderar a comunidade*; Fernando Camilher-Almeida, *Nosso Núcleo Casa Verde, Limão e Cachoeirinha*; Robert Putnam, *Bowling Alone*; Keyu Jin, *The New China Playbook*; Jonathan Haidt, *A geração ansiosa*)

23 - As oportunidades no horizonte: convergência em torno aos desafios críticos

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com as suas 169 metas mais detalhadas, representam um horizonte extremamente bem elaborado do que devemos atingir como humanidade. Olhando as projeções colocadas para 2030, devemos atingir em torno de 20% dos objetivos. Ou seja, a humanidade continua a avançar para um desastre planetário, e o ponto de não retorno se aproxima. Mas entre a visão, hoje solidamente embasada cientificamente, do ritmo de agravamento da situação, e o cotidiano cidadão em qualquer parte do mundo, com pessoas batalhando o seu emprego e a sua sobrevivência, fixadas no curto prazo, há um imenso vazio que dificulta a

transformação da realidade ameaçadora em força política. Se acrescentarmos a dinâmica central aqui analisada, do rentismo que busca maximização de retornos a qualquer custo e no curto prazo, descartando os impactos desastrosos de suas iniciativas como “externalidades”, o caminho parece irreversível. A captura do poder político, como no caso do Trump e tantos outros, representa um novo sistema hightech de maximização de retornos financeiros e de deformação das próprias instituições que deviam nos proteger. Não são fascistas de ideias antiquadas que estavam atrás da figura de Trump na inauguração do seu segundo mandato, e sim uma nova geração poderosa de alta tecnologia e de busca de avanços pessoais sem escrúpulos, numa máquina econômica, política e cultural que representa um novo sistema. O eixo de concentração da nossa luta deve ser a explicitação dos mecanismos, a denúncia dos impactos sociais e ambientais, e a mobilização em torno à prevenção dos desastres humanitários mais prementes.

(Mariana Mazzucato, *Mission Economy*; Jean Ziegler: *L’empire de la honte*; Tom Malleon: *Against Inequality*; Nicholas Shaxson: *The Finance Curse*).

Há esperanças? Antes de tudo é preciso entender as novas engrenagens do sistema que enfrentamos, nas suas diferentes dimensões articuladas: a revolução digital, o poder do dinheiro imaterial, o poder de manipulação informativa planetária, a transformação do processo decisório corporativo, a deformação do que conhecíamos como democracia, um modo de exploração que não vê problemas nos desastres sociais e ambientais irreversíveis que estão se aprofundando. De conversas com cientistas de diversas áreas, em particular do trabalho colaborativo que tive com Ignacy Sachs, vejo que as pessoas informadas estimam que o desastre planetário em curso, a *slow-motion catastrophe* tão discutida, chegará a um ponto em que um sobressalto político se tornará inevitável, tal como a tragédia planetária da II Guerra Mundial possibilitou acordos internacionais, a criação da ONU, do Banco Mundial, do Fundo Monetário – um mínimo de governança planetária – para resgatar o bom senso. Não durou, e estamos de novo na beira do abismo. Não é questão de “pessimismo” ou de bravata acadêmica, os dados estão aí: temos todas as informações necessárias sobre a profundidade e o ritmo do desastre. Eu participei ativamente dos processos desde a Cúpula Mundial de 1992 no Rio de Janeiro, e todas as previsões científicas da época se verificam agora, décadas depois, ainda mais graves. Até onde pode chegar a cegueira que só vê o interesse pessoal e imediato? Liberdade? A grande verdade é que os gigantes planetários do rentismo global não precisam de democracia.

Melhor do que aguardar que a profundidade das crises que convergem gere o sobressalto, eu vejo com esperança o lançamento de iniciativas que desencadeiam mudanças, em particular a luta no planeta todo pela liquidação da pobreza crítica. O Fome Zero no Brasil teve um efeito mobilizador poderoso, ao rearticular um conjunto de atividades envolvendo o governo, as empresas, os movimentos sociais, os movimentos religiosos: assegurar que as crianças tenham o copo de leite é poderoso, e compreensível. São metas humanitárias que vão muito além das ideologias e das divisões partidárias. Enquanto debatemos grandes visões políticas, vamos assegurar que todos tenham o seu prato de comida. Não há como não lembrar aqui as atitudes políticas

do presidente Lula, que entendeu a força de se concentrar em agendas cuja legitimidade e força ética não se pode contestar. Estamos, neste pequeno planeta, no limite da sobrevivência, perto do ponto de não-retorno. O caminho de uma nova política pode passar por dimensões éticas e humanitárias evidentes. Até quando permaneceremos como que anestesiados frente a tantas desgraças? E reforçando o ponto central: o conhecimento, principal fator de produção e enriquecimento, pode ser generalizado no planeta sem custos adicionais.

A relação com a economia política é importante. Sempre houve elites dispostas a viver do trabalho dos outros. Qualifica-se isso de modos de produção, sejam baseados na propriedade de escravos, ou no feudalismo com a apropriação da terra e o trabalho dos servos, ou ainda das fábricas no quadro do capitalismo, com a exploração dos operários. São chamados tecnicamente de modos de produção, aqui os chamo de modos de exploração, é mais correto. E é particularmente correto neste mundo que hoje enfrentamos, que chamamos de sociedade do conhecimento, que tem no seu núcleo estruturante o que podemos chamar de modo de exploração informacional. A apropriação do excedente social, baseada na mais-valia e no lucro extraído pelo capitalismo industrial, agora se dá essencialmente através do rentismo, enriquecimento sem contrapartida produtiva. *Resumindo, estamos entrando na sociedade do conhecimento, com um modo de produção informacional controlado por plataformas, e o rentismo como forma dominante de exploração.* Como conceito geral, "rentismo" é muito mais correto do que "capitalismo".

Esses elementos constituem um sistema estruturalmente diferente do capitalismo industrial que conhecemos e estudamos. É muito mais do que capitalismo "extrativo", ou "parasitário", ou "financeiro", tantos qualificativos que apontam alterações no sistema anterior, em vez de mostrar o novo sistema que surge com força e de forma acelerada. Constitui um outro sistema, pelo fato que os diversos fatores de produção, inclusive a agricultura, a indústria e os serviços, são drenados de maneira diferente, para privilegiar o rentismo. E como modo de exploração que é o que na realidade representa, gera desigualdade e dramas ambientais em escala muito superior e descontrolada. Não é um estágio superior do capitalismo, e sim um novo sistema destrutivo que nos ameaça, e cujos mecanismos precisamos explicitar e combater. O desafio é vital, no sentido original da palavra. Voltando ao início, sabemos o que deve ser feito, temos os recursos necessários, o dinheiro, a tecnologia. Proclamar o *greed is good*, justificando a ganância sem limites, como o fazem em Wall Street, é para idiotas. Resgatar a dimensão ética da economia tornou-se essencial.

Ladislau Dowbor é professor de economia na PUC de São Paulo, consultor de várias agências das Nações Unidas, e autor de numerosos livros e estudos técnicos disponíveis online gratuitamente (*Creative Commons*) no site <https://dowbor.org>. Ver em particular *A era do capitalismo improdutivo*, *O capitalismo se desloca*, *O pão nosso de cada dia*, *Resgatar a função social da economia*, *Os desafios da revolução digital*. Para a maioria das obras recomendadas no texto acima, uma busca pelo nome do autor ou pelo título permite acessar uma resenha de ideias-chave no meu site <https://dowbor.org> - O link do presente documento é <https://dowbor.org/2025/09/a-economia-politica-da-revolucao-digital.html> - Contato: ldowbor@gmail.com

